

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3.474 - CH
(2019/0289387-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : **NILSO ANTONIO CORDEIRO**
OUTRO NOME : **NILSO OTEIZA**
REPR. POR : **NIVALDO DOS SANTOS CORDEIRO**
ADVOGADO : **ROGÉRIO WIGNER - SP215663**

DECISÃO

Nilso Antonio Cordeiro, neste ato representado por Nivaldo dos Santos Cordeiro, requer a homologação da decisão proferida em 30/4/2015 pelo Departamento da Economia e do Esporte de Lausanne, Suíça, que dispôs sobre seu nome e o de sua esposa, Gina Sylvia Cordeiro.

O requerente aduz que se casou em Lausanne, Suíça, e que "passou a sofrer preconceitos devido ao seu sobrenome brasileiro, ocasião em que resolveu suprimir seu segundo nome e usar o sobrenome 'Oteiza', sobrenome esse da família de sua esposa" (fl. 4).

Alega ser desnecessária a chancela consular dos documentos estrangeiros trazidos aos autos em razão do acordo de Cooperação em Matéria Civil realizado entre o governo brasileiro e o governo francês.

Requer a concessão de tutela de urgência, alegando que "o direito do Autor é caracterizado pela regularização do convívio humano" (fl. 7) e que há risco de perecimento do resultado útil do processo, pois a homologação da mudança de sobrenome é "necessári[a] para o registro no Brasil, conforme consta na "NOTA DEVOLUTIVA" do 1º Registro Cível de Santo André - SP" (fl. 8).

Requer ainda a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

É o relatório. Decido.

O art. 300 do CPC prevê a possibilidade de concessão de tutela de urgência, desde que demonstrados "a probabilidade do direito" e "o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".

Na espécie, tais requisitos não foram demonstrados, pois a mera necessidade de homologação da decisão estrangeira para que se proceda à averbação no registro civil não constitui risco de dano ao resultado útil do processo a justificar a tutela

Superior Tribunal de Justiça

de urgência.

Ademais, o pedido não foi devidamente instruído, o que inviabiliza, por ora, a própria pretensão homologatória.

Ao contrário do que alega o requerente, a existência de acordo de cooperação em matéria civil entre o Brasil e a França não dispensa a chancela consular ou apostila dos documentos produzidos na Suíça. Além disso, a parte não juntou aos autos a decisão ou ato administrativo que deferiu a alteração de seu nome, mas tão somente declaração feita em cartório informando que houve a referida alteração.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita.

Intime-se o requerente para que, em 30 dias, junte aos autos a decisão emitida em 30/4/2015 pelo Departamento da Economia e do Esporte de Lausanne, Suíça, que alterou seu nome, acompanhado da chancela consular da autoridade brasileira ou apostila (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016), bem como a comprovação da eficácia do ato e a respectiva chancela consular ou apostila.

Decorrido o prazo sem resposta, **arquivem-se os autos.**

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente